

BIOTECNOLOGIAS E PROLONGAMENTO DA VIDA: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO ÉTICO-POLÍTICA SOBRE O ENVELHECIMENTO

Resumo:

Numa era em que as novidades biotecnológicas prometem aumentar significativamente a longevidade humana, torna-se fundamental pensar as consequências ético-políticas que poderão resultar de sociedades crescentemente envelhecidas. Assim, colocam-se não só questões relacionadas com a definição de padrões de qualidade da vida prolongada até ao extremo, como também dificuldades de ordem prática, no âmbito da governação, sustentabilidade e proporcionalidade económica e populacional deste tipo de sociedades. No entanto, talvez o conjunto mais preocupante de consequências derive do acesso desigual aos produtos biotecnológicos destinados a aumentar a longevidade humana, por meio da gestão liberal deste setor de mercado onde, num futuro próximo, poderão ser os indivíduos a fazer as suas próprias opções nos “supermercados genéticos”, equipando os seus corpos na corrida contra o tempo, e exercendo um poder de escolha para o qual as nossas sociedades poderão não estar verdadeiramente preparadas.

Palavras-chave: biotecnologias, envelhecimento, prolongamento da vida, liberalismo

Segundo estatísticas da Organização Mundial de Saúde, daqui por apenas três anos, em 2020, e pela primeira vez na História, o número de pessoas com mais de 60 anos será maior do que o número de crianças com idade igual ou inferior a 5 anos. Os mesmos dados estatísticos, divulgados na revista *The Lancet*, preveem que em 2050 o mundo terá cerca de 2 biliões de idosos.¹ No entanto, esta realidade do prolongamento do tempo de vida torna-se ainda mais flagrante se atendermos aos dados disponíveis sobre a evolução da esperança média de vida em países como os Estados Unidos onde, no ano de 1900, era de 48,3 anos para os homens e de 46,3 para as mulheres, tendo passado, no ano 2000, ou seja, cem anos depois, para 74,2 anos nos homens e 79,9 nas mulheres, o que significa que no espaço de um século

* Investigadora e pós-doutoranda do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Contacto de e-mail: anaisafig@hotmail.com.

¹ CHATTERJI, Somnath et al., «Health, functioning and disability in older adults – current status and future implications», *The Lancet*, 385 (2015) 563-575. Doi: 10.1016/S0140-6736(14)61462-8: «A população mundial com 60 anos ou mais deverá aumentar de 841 milhões em 2013 para mais de 2 biliões até 2050 e, efetivamente, exceder o número de crianças até 2047. Em 2050, 21,1% da população mundial terá 60 anos ou mais, e 80% desse grupo demográfico viverá em países de baixo e médio rendimento per capita, em comparação com os cerca de dois terços no presente. Durante o mesmo período, prevê-se que a esperança média de vida aumente, atingindo 83 anos em regiões mais desenvolvidas e 75 anos em regiões menos desenvolvidas até 2045-2050.»

quase duplicou a longevidade de ambos os sexos, e isto sem a intervenção da biomedicina ou o recurso a dispositivos biotecnológicos para o prolongamento da vida.² Imagine-se o que será da longevidade humana daqui a outros cem anos quando, muito provavelmente, as práticas de prolongamento da vida com recurso às biotecnologias tornar-se-ão recorrentes. Ora é justamente uma reflexão sobre este hipotético cenário, cada vez mais perto de se concretizar, que se pretende trazer aqui para discussão, ou seja, num cenário onde as biotecnologias terão como um dos setores preferenciais de intervenção a área do prolongamento da vida, que tipo de sociedades teremos? Que problemas éticos se colocarão? Como se poderão reorganizar politicamente sociedades compostas maioritariamente por idosos?

Na sua obra *O Nosso Futuro Pós-Humano: Consequências da Revolução Biotecnológica*, Francis Fukuyama refere que aquilo que se apresenta no horizonte como sendo uma autêntica revolução biotecnológica terá um impacto significativo em quatro áreas fundamentais: as ciências do cérebro, o controlo farmacológico do comportamento, a engenharia genética e o prolongamento da vida. Neste último âmbito, o autor apresenta-nos um contributo particularmente interessante para a discussão acerca das implicações ético-políticas do prolongamento da vida com recurso aos dispositivos biotecnológicos. Nas palavras do próprio autor, por mais que muitos especialistas em gerontologia digam que parar o processo de envelhecimento é altamente improvável, porque este resulta da junção de toda uma complexidade de outros processos ao nível celular, orgânico e outros e que, por isso, será difícil encontrar um mecanismo singular e simples que o possa travar, a verdade é que também ninguém previa há cerca de um século atrás que a esperança média de vida quase duplicaria, o que nos leva a acreditar que, efetivamente, “Se existe um atalho genético para a imortalidade, a indústria biotecnológica já deu início à corrida para o encontrar (...).”³ Segundo o mesmo autor, “No atual ponto da situação, não é possível prever se a biotecnologia conseguirá um remédio tão simples para o prolongamento da vida como uma pílula que permita viver mais uma ou duas décadas. Contudo, mesmo que tal nunca aconteça, parece seguro afirmar que os efeitos cumulativos de todas as investigações biomédicas presentemente em curso levarão, ao longo do tempo, a um aumento das expectativas de vida, acentuando assim a tendência que se verificou durante o século passado.”⁴

E a verdade é que, quando falamos no prolongamento da vida com recurso às biotecnologias estamos, acima de tudo, perante o triunfo de todo um setor de mercado que

² Cf. FUKUYAMA, Francis, *O Nosso Futuro Pós-Humano*, Quetzal Editores, Lisboa, 2002, p. 99.

³ FUKUYAMA, op. cit., p. 103.

⁴ Ibid., p. 104.

tem vindo a crescer significativamente nos últimos anos e que traz, com alguma frequência, inerente toda uma ideologia de prolongamento da vida até às últimas consequências: desde a criação de biobancos com finalidades diversas, passando pela implantação de órgãos artificiais, até ao próprio aparecimento de empresas com propostas mais arrojadas, como a criopreservação dos corpos dos indivíduos após a morte, com vista a que um dia a ciência consiga devolvê-los à vida. Ora será justamente neste campo da exploração económica do prolongamento da vida com recurso às biotecnologias que o envelhecimento poderá ser perspetivado, ou talvez até já o esteja a ser, o que nos colocará inevitavelmente perante dilemas éticos dilacerantes e implicará, obviamente, toda uma reconfiguração das nossas sociedades aos mais diversos níveis.

Neste âmbito, mais uma vez o contributo de Francis Fukuyama para pensar que tipos de problemas éticos se apresentarão no horizonte de sociedades crescentemente marcadas pelo prolongamento biotecnológico da vida é também particularmente significativo. E uma das primeiras consequências éticas expectáveis a partir de toda esta obsessão pelo prolongamento da vida talvez se prenda com a possibilidade, já amplamente explorada e debatida, de algumas investigações, principalmente quando realizadas por empresas não estatais, poderem incorrer em práticas eticamente questionáveis, como o próprio uso de embriões humanos com finalidades de investigação na área do prolongamento da vida. Contudo, esta não será nem a única nem talvez a consequência ética de maior impacto no futuro destas sociedades obcecadas com o prolongamento da vida. Na verdade, num cenário onde hipoteticamente todos poderão prolongar quase infinitamente a vida dos seus corpos graças às biotecnologias, uma das questões éticas de maior relevância talvez se prenda com a própria definição de padrões de qualidade da vida quando prolongada até ao extremo, tendo em conta que aumentar a duração do corpo sem uma correlativa preocupação pela qualidade de vida poderá trazer-nos questões particularmente inquietantes. Tal como, mais uma vez, refere Francis Fukuyama, “Um pressuposto profissional dos médicos é que tudo quanto possa combater a doença e prolongar a vida é inequivocamente bom. O medo da morte é um dos mais profundos e duradouros sentimentos humanos, pelo que é compreensível que se aplauda todo e qualquer triunfo da medicina que retarde a sua chegada. No entanto, as pessoas também se preocupam com a qualidade de vida, e não apenas com a sua duração.”⁵ E a verdade é que inerente a esta questão sobre a qualidade da vida prolongada até ao seu extremo vêm outras questões éticas cuja gestão poderá ser particularmente complexa, como a seguinte: num

⁵ Ibid., pp. 113-114.

cenário em que as biotecnologias conseguirem prolongar a duração do corpo mas não a saúde mental, práticas como o suicídio assistido ou a eutanásia poderão ver o caminho aberto para a sua implementação algo desregulada. E, nestes casos, como admitir a administração da morte a corpos saudáveis porque os seus portadores estão mentalmente afetados? Depois, neste mesmo âmbito, urge perguntar qual será a linha de demarcação que virá permitir sinalizar alguém cujo estado de demência é de tal ordem grave que justifique a prática da eutanásia. Não seremos sucessivamente levados a aumentar o leque dos considerados “mentalmente irrecuperáveis” e a incorrer no célebre dilema da rampa deslizante em matéria de eutanásia?

Num mesmo contexto, somos inevitavelmente levados a reconhecer que os próprios atos médicos poderão ficar sobrecarregados por situações práticas de dilemas absolutamente perturbadores. De acordo com o que refere Walter Oswald na sua obra *Da vida à morte: horizontes da bioética*, a população idosa é a que mais consome cuidados de saúde. Segundo os números apresentados pelo Professor Oswald em 15% a 20% de idosos concentram-se cerca de 40% por cento dos consumos de um Estado na área da saúde.⁶ Ora em cenários de crise económica e de escassez de meios, pergunta este autor se o médico não se sentirá compelido a “(...) privilegiar o setor jovem e produtivo, a assistência e profilaxia materno-infantil, a prevenção e terapia do cancro, das afeções cardiovasculares ou das doenças degenerativas do sistema nervoso central?”,⁷ tudo isto em detrimento do investimento na cura de patologias associadas ao envelhecimento como as fraturas por quedas, as cataratas ou os estados demenciais.

Um outro conjunto de problemas éticos que poderão advir do prolongamento da vida a partir dos recursos biotecnológicos prende-se com as mudanças radicais que poderão vir a acontecer no entendimento que temos das relações de parentesco e na própria sexualidade enquanto dimensão fundamental da vida humana. Começemos pelas relações de parentesco. Num cenário de prolongamento da vida levado ao extremo, avança novamente Francis Fukuyama, que as estimativas apontam para que se reduzam as relações de parentesco apenas aos pais, avós, bisavós e seus descendentes, numa linha vertical que crescentemente vai fazer entrar os graus de parentesco colaterais, como os irmãos, tios e primos em vias de extinção. Fukuyama chega mesmo a referir que há estimativas que preveem que em 2050, em Itália, apenas 5% das crianças terão parentes colaterais.

Já no que respeita à dimensão da sexualidade, se se confirmar a tendência de envelhecimento das nossas sociedades, tenderemos também a caminhar, segundo refere

⁶ Cf. OSWALD, Walter, *Da Vida à Morte: horizontes da bioética*, Gradiva, Lisboa, 2014, p. 155.

⁷ *Ibid.*, p. 155.

Francis Fukuyama, para sociedades pós-sexuais, já que com o aumento da idade a tendência é a de deixar de se considerar esta área da vida humana como prioritária. Tal como refere o mesmo autor a este respeito: “A evolução criou o desejo sexual para promover a reprodução e há poucos motivos para que os humanos sintam atração sexual em relação a parceiros que já tenham ultrapassado a pujança dos anos.”⁸

E se esta possibilidade de assistirmos à transformação das nossas sociedades em “aglomerados pós-sexuais” nos parecer reveladora de profundas transformações aos mais diversos níveis, estes problemas serão certamente agudizados por outros aspetos como, por exemplo, a dificuldade que estas sociedades terão em conceber a sua própria autorrepresentação quando a sua idade mediana será acima dos 60 anos. A este respeito, pergunta Fukuyama, “Qual será o aspeto das capas de revista dentro de um par de gerações, quando as pessoas de vinte e poucos anos não forem mais do que uma minoria da população? A sociedade quererá continuar a ver-se a si própria como jovem, dinâmica, saudável e sexualmente atraente, mesmo que isso nada tenha a ver com a realidade circundante, e num grau muito mais elevado do que hoje?”⁹

Nesta nossa exploração dos dilemas éticos decorrentes do prolongamento da vida a partir das biotecnologias haveria certamente muito mais a referir, mas existe também um conjunto de consequências políticas decorrentes deste cenário hipotético que merece a nossa reflexão. A começar por aquela que é já um lugar-comum entre os debates dos economistas nesta área do envelhecimento: as mudanças demográficas nas nossas sociedades crescentemente constituídas por pessoas envelhecidas colocarão não só os famigerados problemas de sustentabilidade dos sistemas de segurança social, como também problemas de ingovernabilidade destas sociedades sob vários pontos de vista. Em primeiro lugar, e novamente de acordo com a interpretação de Fukuyama, o prolongamento da vida a partir dos recursos biotecnológicos poderá acentuar as divisões entre o primeiro e o terceiro mundo, já que o uso destes dispositivos de prolongamento da vida apenas serão acessíveis às populações economicamente mais favorecidas do primeiro mundo. Depois, e considerando-se a tendência confirmada pelo mesmo autor de que as populações dos países desenvolvidos em idade de votar serão maioritariamente femininas, porque as mulheres vivem mais tempo, isso fará com que, com alguma probabilidade, aumente a participação das mulheres na política e que tal participação tenha impacto na gestão de questões de âmbito militar e geopolítico, já que as mulheres serão menos recetivas a gastos na defesa e em intervenções militares. Estas não

⁸ FUKUYAMA, op. cit., p.117.

⁹ Ibid., p. 118.

serão certamente consequências negativas, mas o seu impacto implicará uma reorganização profunda das nossas sociedades, como, por exemplo, em ordem a repensar as instituições militares no feminino.

Mas pensar as consequências políticas de uma sociedade marcada pelo prolongamento biotecnológico da vida traz ainda outros desafios, como por exemplo o da própria gestão da agenda política e económica mundial, quando o globo terrestre poderá ser governado por mulheres de alguma idade no norte, e por homens tendencialmente jovens no sul, num cenário em que os países desenvolvidos e envelhecidos do norte terão de aceitar imigrantes jovens dos países subdesenvolvidos do sul para que mantenham satisfeitas as suas necessidades de mão-de-obra, imprescindíveis para o seu crescimento económico. Num cenário deste tipo esperam-se muitas mudanças no entendimento das problemáticas ligadas às migrações, às hierarquias etárias e de género, bem como profundas mudanças nas estruturas de poder, onde a possibilidade de sermos governados por políticos cada vez mais velhos terá de nos levar a pensar sobre os riscos inerentes à perpetuação no poder de indivíduos que já não tenham condições para o exercício destas funções, tendo em conta que, inevitavelmente e como refere Fukuyama, “(...) a partir de certo momento, a correlação entre a idade e as capacidades começa a desenvolver-se na direção oposta.”¹⁰

Mas todas estas consequências decorrentes de um cenário hipotético de prolongamento da vida através dos recursos biotecnológicos, sejam elas de carácter ético ou político, ganham novos contornos se atendermos, adicionalmente, ao risco que a gestão do mercado biotecnológico em trâmites crescentemente liberais poderá inevitavelmente trazer. Autores como Jürgen Habermas em *O Futuro da Natureza Humana: a caminho de uma eugenia liberal?*¹¹ alertam para um conjunto de problemas que poderão surgir a partir da deslocação das decisões relativas ao uso de dispositivos biotecnológicos para a esfera de decisão pessoal dos indivíduos, em vez da tradicional gestão estatal das decisões nesta matéria. Neste âmbito, Habermas fala-nos de um cenário de crescente encaminhamento para uma “eugenia liberal”, onde as problemáticas ligadas ao prolongamento da vida através das biotecnologias têm particular relevância, já que o recurso livre a este tipo de tecnologias para tornar a vida humana mais longa corresponderia a um alargamento material da nossa liberdade de escolha, o que parece ser uma ideia que está em perfeita consonância com o espírito das nossas democracias liberais, mas que não deixa de ser preocupante aos mais variados níveis. De

¹⁰ Ibid., p. 109.

¹¹ Cf. HABERMAS, Jürgen, *O Futuro da Natureza Humana: a caminho de uma eugenia liberal?*, Almedina, Coimbra, 2006.

acordo com este autor “(...) o crescente alcance e precisão do domínio técnico da Natureza surgem associados não só a promessas económicas de aumentos da produtividade e do bem-estar como à perspectiva política de uma maior amplitude nas esferas individuais de decisão. E, na medida em que as crescentes liberdades de escolha fortalecem a autonomia privada do indivíduo, a ciência e a técnica mantiveram-se, até à data, espontaneamente aliadas à ideia nuclear do liberalismo de que todos os cidadãos devem ter idêntica oportunidade de configurar autonomamente a sua vida.”¹² E é justamente porque, nas democracias liberais do ocidente vigora genericamente esta ideia de que todos devemos tomar livremente as nossas opções de vida, longe do jugo estatal, que este recurso à esfera biotecnológica feito em trâmites liberais poderá aqui representar um conjunto de perigos para os quais não estamos devidamente alertados, a começar pelo próprio perigo de incorrer num processo descontrolado de acesso aos produtos deste setor de mercado pelo comum dos cidadãos que pretende prolongar a sua existência *ad infinitum*, mesmo que isso implique uma tecnicização e uma instrumentalização da vida humana sem precedentes. De acordo com o próprio Habermas: “De um ponto de vista sociológico, enquanto a tecnicização da vida humana puder ser medicamente justificada com a esperança numa vida mais longa e saudável, a sua aceitação social dificilmente se desvanecerá. O desejo de uma vida autónoma está sempre ligado às aspirações coletivas de mais saúde e maior esperança de vida.”¹³ Desta forma, num contexto em que as biotecnologias exercem já um poder de sedução irrecusável, não poderemos deixar de perguntar se as nossas populações estarão verdadeiramente preparadas para tomar nas suas próprias mãos as decisões relativas ao uso dos dispositivos biotecnológicos no sentido de prolongar a vida sem limite. Na verdade, este poderá vir a ser um caminho enformado de perigos que poderão trazer consequências no próprio entendimento que temos da espécie e da dignidade humanas, da distinção entre natural e artificial, e isto para não falar da possibilidade eminente de entregar o corpo e a própria gestão do processo de envelhecimento a prerrogativas de ordem exclusivamente mercantil, onde “equipará” o seu corpo com dispositivos destinados a parar os incontornáveis efeitos do tempo quem tiver capacidade económica para o fazer.

E é justamente neste âmbito da possibilidade de exploração mercantil dos produtos biotecnológicos com finalidades de melhoramento e de prolongamento da vida, de acordo com prerrogativas exclusivamente liberais, que há já autores que convidam a que a gestão do corpo e da sua relação com a biotecnologia fique definitivamente entregue à decisão pessoal

¹² Ibid., p. 66.

¹³ Ibid., p. 66.

de cada um. Na sua obra *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty-First Century*¹⁴ Nikolas Rose defende que nos tempos que correm será de incentivar que cada um faça a gestão do seu próprio corpo de forma economicamente rentável, enquadrando-o naquilo que ele próprio denomina como sendo os circuitos do “*biocapital*”, tornando o corpo num produtor de “*biovalor*” nos mercados financeiros e situando-o no contexto de toda uma nova semântica em que todos seríamos convidados a viver uma “*cidadania biológica*”, moldada por uma literacia científica essencialmente gerida pelo mercado farmacêutico e biotecnológico, onde seríamos convidados a criar grupos de “*biosociabilidade*” em função dos nossos traços genéticos e do perfil de patologias de que sofreremos. Um desafio incontornável aqui se coloca em matéria de envelhecimento: se encararmos o envelhecimento como um processo definitivamente entregue à especulação mercantil e como uma das áreas por excelência do exercício da nossa liberdade individual no uso de dispositivos biotecnológicos para equiparmos o corpo desviando-o do fim inevitável, que significado terá o processo de envelhecer? Como viveremos este processo quando a morte deixar de ser um aspeto natural e inevitável da vida e passar a ser, como refere Fukuyama, “(...) um mal evitável como a poliomielite ou o sarampo?”¹⁵.

Desta forma, ainda que não se pretenda aqui a vinculação a qualquer discurso meramente conservador no que respeita ao prolongamento da vida graças aos dispositivos biotecnológicos, cujas vantagens serão, sob muitos aspetos, absolutamente inquestionáveis, esta deverá perspetivar-se como uma área cuja evolução deverá ser amplamente debatida pela sociedade civil e controlada por instâncias responsáveis, no sentido de que muitos dos perigos para os quais aqui alertámos não se materializem de facto, e que o próprio processo de envelhecimento enquanto parte integrante da identidade do ser humano não perca o seu significado, porque se a biotecnologia um dia vier a ser usada para o prolongamento de uma vida sem qualidade, arrastada até ao extremo da perda da dignidade, será que todos continuaremos a agarrar-nos definitivamente ao mito da vida eterna, ou será que, como pergunta Fukuyama, “(...) a perspetiva de uma vida interminável e vazia se revelará simplesmente intolerável?”¹⁶. Esta constitui-se como a questão fulcral a pensar no âmbito do prolongamento da vida por meio das biotecnologias.

¹⁴ ROSE, Nikolas, *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty-First Century*, Princeton University Press, Princeton and Oxford, 2007.

¹⁵ FUKUYAMA, op. cit. p. 119.

¹⁶ *Ibid.*, p. 119.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHATTERJI, Somnath et al., «Health, functioning and disability in older adults – current status and future implications», *The Lancet*, 385 (2015) 563-575. Doi: 10.1016/S0140-6736(14)61462-8.

FUKUYAMA, Francis, *O Nosso Futuro Pós-Humano*, Quetzal Editores, Lisboa, 2002.

HABERMAS, Jürgen, *O Futuro da Natureza Humana: a caminho de uma eugenia liberal?*, Almedina, Coimbra, 2006.

OSWALD, Walter, *Da Vida à Morte: horizontes da bioética*, Gradiva, Lisboa, 2014.

ROSE, Nikolas, *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty-First Century*, Princeton University Press, Princeton and Oxford, 2007.